



N.º 5

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA EFECTUADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2007

Aos dezasseis dias do mês de Junho de dois mil e sete, reuniu, pelas dez horas e quarenta e cinco minutos, no Palácio D. Manuel, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

Ponto Único – Debate sobre o papel do município de Évora no combate pelo respeito ao direito à igualdade de oportunidades e à não discriminação, no contexto da adesão da Assembleia Municipal de Évora à celebração do «Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades».

Estiveram presentes os membros da Mesa:

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

2.º Secretário – João Luís Latas Lázaro

Dada a ausência da Sra. **1.ª Secretária**, por se encontrar a representar este Órgão Autárquico no XXVII Congresso da ANMP, o Sr. **Presidente** solicitou que fosse proposto um nome para integrar a Mesa, tendo o Grupo Municipal da CDU proposto o Sr. **Duarte Guerreiro**. Posto este nome à consideração do plenário, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Feita a chamada, registaram-se mais as seguintes presenças: Abílio Fernandes, Rui Rosado, José Russo, José Palma Rita, Mafalda Troncho, Olinda Bilou (em substituição de Ana Maria Silva), Carlos Cunha (em substituição de Paula de Deus), Florival Pinto (em substituição de M.ª Augusta Pereira), Francisco Chalaça, Celino Silva, Nuno Lino, Nuno Leão, Vitor Saruga (em substituição de António Murteira), Elsa Lopes, Eduardo Luciano, José Simão, António Ramos, Carlos Grácio, Jorge Gil, Adérito Araújo (em substituição de José Mateus), Baltazar Damas, Fernando Nunes, Silvino Costa, Hermenegildo Charrua (em substituição de António Metrogos), José Piteira, João Valverde, António Galão, Felisberto Bravo, António Maduro e João Rodrigues.

Faltaram os(as) Senhores(as) Jorge Lourido, José Cardoso, M.ª Margarida Fernandes, Jerónimo Mendes, Isidro Lobo, João Ricardo e José Calado.

A Câmara fez-se representar pelo seu Presidente, José Ernesto Oliveira, e pelos(as) Vereadores(as) Filomena Araújo, João Andrade Santos, José Barradas e Jesuína Pedreira.

Participaram também na sessão, na qualidade de convidadas, as seguintes entidades:

- **A Sra. Governadora Civil de Évora**;
- **A Dra. Elsa Pais** – Coordenadora da Unidade de Missão para o Ano Europeu de Igualdade de Oportunidades para Todos;
- **O Dr. José Nascimento** – Indicado pelo PS;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- A **Dra. Ângela Sabino** – Indicada pela CDU;
- A **Sra. Mafalda Cardoso** – Indicada pelo PSD.

Aberta a sessão, o Sr. **Presidente** proferiu palavras de congratulação pela unanimidade gerada em torno da iniciativa e exortou os eleitos locais a reflectirem, e sobretudo a agirem, no combate à discriminação, sobre todas as formas, infelizmente ainda tão presente na nossa sociedade, não obstante a abundância de disposições legais em vigor ao nível europeu e nacional, visando a sua erradicação.

Logo após, a Dra. **Elsa Pais** felicitou a AME pela efectuação desta iniciativa e falou da importância de se combater a discriminação que ainda se faz sentir nas mais diversas áreas, quer em Portugal, quer nos restantes países da Europa, meio século após a fundação da União Europeia. Referiu algumas das acções que estão a ser levadas a cabo em Portugal, com a preocupação de chegar a todos os cantos do país, nomeadamente a organização de sessões extraordinárias por parte das assembleias municipais, uma exposição móvel itinerante, a promoção de concursos destinados aos jovens, bem como a atribuição de prémios aos organismos da sociedade civil e empresas que promovam e apliquem o princípio da igualdade e da não discriminação, em função do sexo, da raça ou da origem étnica, da religião ou crença, da deficiência e da idade ou da orientação sexual.

Depois, o Sr. Presidente facultou a palavra à Sra. Vereadora **Filomena Araújo**, que deu relevo ao papel que a autarquia desenvolve na promoção de oportunidades e das respostas que dá realizando diversas acções e projectos, tais como:

- O programa «**Ser Cidadão**», através de estágios e protocolos com a APPACDM e com o Estabelecimento Prisional;
- O apoio à família, mediante transportes, refeições escolares e prolongamento de horários;
- Programas educativos (Seniores Activos, Jogar, Fada Palavrinha, Loja dos Sonhos e Mexa-se);
- O Cartão Social do Município Idoso;
- O enriquecimento escolar;
- Os Sítios J;
- O Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência (a funcionar nos Paços do Concelho);
- O Grupo Interdisciplinar para a Cidade Adaptada, que elabora propostas de intervenção na área das acessibilidades.

Seguidamente, a Sra. **Mafalda Cardoso** revelou alguma apreensão quanto às oportunidades dos jovens eborenses no acesso à educação, emprego e habitação e instou as entidades locais e regionais ao incentivo e à orientação estratégica concertada, para imprimir uma nova dinâmica no acesso dos mesmos às oportunidades, que não dispõem actualmente, salientando que há muito a fazer, a nível local, no âmbito da igualdade de oportunidades para todos.

Por sua vez, a Dra. **Ângela Sabino** abordou a problemática da igualdade em função do género, demonstrando preocupações relativamente à educação, habitação, trabalho, saúde e ao combate às redes de exploração sexual, tendo-se disponibilizado, enquanto membro do Movimento Democrático de Mulheres, para colaborar com a Câmara no âmbito das questões atrás citadas.

Por seu turno, o Dr. **José Nascimento** referiu-se à experiência e ao trabalho da Associação de Desenvolvimento e Bem-Estar Social (ABDES) ao longo de quase 20 anos, que nasceu de um



projecto de luta contra a pobreza no Bairro da Cruz da Picada, sublinhando que o combate ao abandono escolar, à exclusão social, ao racismo e a prevenção primária à toxicodependência são algumas das causas em que se empenha, visando melhorar a qualidade de vida das crianças e jovens, através de projectos que respondem a necessidades concretas.

O Sr. **Presidente** congratulou-se com a qualidade das intervenções desenvolvidas, considerando-as muito importantes para os objectivos que se pretendiam alcançar, tendo depois passado à fase das alocações dos Membros da AME.

Assim, foi dada a palavra ao Sr. **Florival Pinto**, representante do PSD, que leu um documento do seguinte teor: «É com particular satisfação que o PPD/PSD se associa a esta sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Évora para assinalar o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos – Por uma sociedade justa, que, em boa hora, a Comissão Europeia quis instituir em 2007. Remontam a 1957, há exactamente 50 anos, nas origens da Comunidade Europeia, as primeiras iniciativas contra a discriminação em razão do género, sendo, porém, bem mais jovem a legislação europeia que interdita a discriminação em função da origem racial ou étnica, religião ou crença, idade ou orientação sexual, introduzidas por duas novas directivas em 2000. Em Portugal, a não discriminação entre homens e mulheres foi das primeiras matérias a merecer consenso na área laboral no pós 25 de Abril, tendo em 1979 sido criada a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, entidade tripartida, formada por representantes governamentais e parceiros sociais, quem tem como principais atribuições promover, no sector privado e público, a igualdade e a não discriminação entre mulheres e homens no trabalho e na formação profissional, a protecção da maternidade, da paternidade e, uma área cada vez mais sensível nas sociedades modernas, a conciliação da actividade profissional com a vida familiar. Este cedo despertar para a não discriminação no emprego, entre homens e mulheres, não tem, todavia, sido acompanhado com medidas políticas concretas que o permitam efectivar. Quando se sabe que em Portugal, e o concelho de Évora não constitui excepção, são intermináveis as listas de espera para o acesso dos filhos a uma creche, não se está a dar condições de igualdade à mulher no acesso ao trabalho, sabendo-se que ela nunca abandonará o seu filho recém nascido. E quando se permite que, por necessidade do salário para o sustento da família, a mulher seja obrigada a ter de recorrer a amas e creches ilegais, que, infelizmente, por aí proliferam aos olhos de todos, deixando o seu filho em condições quantas vezes miseráveis de conforto e cuidados, também nada se está a fazer para igualar o acesso da mulher ao trabalho. Erradicar o flagelo dos ilegais e desenvolver políticas de criação de equipamentos sociais condignos, com horários alargados às necessidades das mães trabalhadoras, é também uma forma, e um contributo importante, para combater a discriminação da mulher no acesso ao emprego. De igual forma, quando o Estado concessionaria as redes de transportes públicos, em especial no interior do país, sem acautelar a obrigatoriedade dos operadores efectuarem circulações regulares em horários que permitam a conciliação da actividade profissional com o regresso a casa, também nada está a fazer para garantir a igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho, entre aqueles que vivem nas freguesias rurais e nos centros urbanos. Já ouvi muitos homens e mulheres, aqui em Évora, das nossas freguesias rurais dizerem que até gostavam de virem trabalhar para a cidade, mas não têm transportes públicos com horários compatíveis com o posto de trabalho que lhes é oferecido. Um país onde para trabalhar é preciso ter automóvel não é, seguramente, o país onde queremos ver crescer os nossos filhos. Novas políticas que assegurem a mobilidade, sobretudo no interior do país, são também uma forma de garantir a igualdade de oportunidades, não entre sexos, mas entre pessoas.



O cidadão deficiente é um cidadão igual a qualquer um de nós e talvez muitos de nós não nos detenhamos a pensar sobre isso com a frequência com que deveríamos. A deficiência motora, nomeadamente a causada por acidentes rodoviários, está à espreita de cada um de nós, todos os dias. As rodas de uma cadeira podem muito bem ser, ao sairmos desta sala, as pernas de qualquer um de nós. Esta é uma matéria em que não precisamos de mais legislação. Precisamos apenas de aplicar a que se encontra publicada. Será admissível que se continuem a instalar serviços públicos ou a fazer obras de remodelação sem equacionar a instalação de um acesso para deficientes? Será admissível que os dois principais pontos de chegada e partida de transportes públicos na cidade – refiro-me às estações ferroviária e rodoviária – não estejam dotadas de acessos para cadeiras de rodas? Será admissível que, passados dez anos sobre a publicação da legislação sobre eliminação de barreiras, não tenhamos ainda rebaixados os lancis nas zonas das passadeiras em centenas de locais no concelho de Évora? Dizer que os deficientes devem ter igualdade de oportunidades é um discurso gasto. Estes nossos concidadãos não precisam de palmadinhas nas costas, pois eles conhecem muito bem as dificuldades da vida. Precisam, efectivamente, é de obras que lhe permitam chegar onde os outros chegam. E só necessitam que as façamos porque eles as não podem fazer, pois estou certo que se pudessem elas já estariam feitas, com a mesma determinação com que, todos os dias, enfrentam os labirintos das barreiras arquitectónicas.

O desenvolvimento da ciência, controlando a doença e encontrando novos métodos de cura, tem permitido aumentar a esperança média de vida do homem, mas essa evolução traz uma nova realidade: a necessidade do envelhecimento activo. Cada vez são mais os anos de vida para além da idade que, até há bem poucos anos, era considerada como limite para a actividade profissional. Manter activa, para além dos 65 anos, uma camada cada vez mais alargada da população, é um desafio que se coloca a todos, mas sobretudo aos empresários. Uma força de trabalho com idade diversificada apresenta perspectivas e ideias diferentes. Actuando as empresas junto de pessoas com uma grande variedade de experiências, ao reflectir essa realidade na sua própria força de trabalho, estarão melhor dotadas para compreender as necessidades daqueles que servem. A diversidade etária faz, por isso e em nosso entender, todo o sentido, em termos empresariais. A igualdade de oportunidades entre os mais novos e os mais experientes acabará por ser uma inevitabilidade para as empresas que se queiram posicionar de forma competitiva no mercado, mas não poderá o adiamento da idade de reforma ser imposta aos trabalhadores. Terá, antes, que ser uma opção individual, tomada num processo de mudança gradual da sociedade, aplicada com o bom senso de excepcionar profissões de desgaste físico ou emocional intenso e, sobretudo, conquistada por estímulo à actividade e não por penalidades para aqueles que entendam guardar a última etapa da vida para partilhar com a família e os amigos. As sociedades não mudam por decreto, sobretudo quando essa mudança se quer demasiado repentina, por ser ditada por critérios orçamentais.

Termino expressando o nosso desejo de que este Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos seja muito mais do que o expressar colectivo de palavras simpáticas. Esta iniciativa só será recordada se tiver contribuído para uma sociedade mais justa e, para isso, são necessárias mais acções do que palavras, aos níveis local, nacional e europeu».

Por seu turno, o Sr. **José Russo**, representante da CDU, saudou todos os presentes, tendo seguidamente criticado o facto de se ter preparado esta sessão num 1º andar, o que, à partida, dificultava o acesso de algumas pessoas à mesma e de não ter sido prevista a possibilidade da tradução em linguagem gestual, pensando que os políticos devem dar o exemplo.

Por outro lado, frisou que o diagnóstico da Igualdade de Oportunidades para Todos estava feito, quer a nível nacional, quer no plano mundial, comentando que, de acordo com o Eurobarómetro, estava



de acordo com tudo menos numa coisa: a responsabilidade da situação actual é dos governos, pelo facto de serem estes que gerem os impostos dos contribuintes europeus, competindo-lhes implementar as políticas e as medidas necessárias para a alterar.

Também neste contexto, acrescentou que os políticos não podem funcionar em circuito fechado, dando o exemplo do número reduzido de pessoas que estavam presentes na sala, a qual, na sua óptica, deveria estar repleta de público, coisa que se fosse uma realidade daria um resultado substancialmente diferente e, assim, alcançar-se-ia o objectivo que se pretendia.

De imediato, leu um texto, cujo conteúdo se passa a relatar: «Os objectivos definidos pelo Governo, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2006, para o Programa de Acção para o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos são, em termos gerais, os seguintes:

- Sensibilizar para o direito à igualdade e à não discriminação, assim como para a problemática das discriminações múltiplas;
- Fomentar um debate sobre formas de aumentar a participação na sociedade de grupos que são vítimas de discriminação e de obter uma participação equilibrada entre homens e mulheres;
- Facilitar e celebrar a diversidade e a igualdade;
- Promover uma sociedade mais coesa.

É, no mínimo, estranho que o Governo proponha um programa de acção com o objectivo de sensibilizar para o direito à igualdade e à não discriminação, quando a natureza das suas políticas económicas e sociais estão na base do profundo agravamento das injustiças e desigualdades que afectam a maioria da população que vive do seu salário, ou pensão, e se reflectem, por exemplo, no agravamento das discriminações específicas das mulheres, impedindo a sua participação na igualdade de direitos em todas as esferas da vida, na acentuação dos constrangimentos ao exercício de direitos por parte dos cidadãos portadores de deficiência, ou na limitação do acesso, em condições de igualdade, a respostas às suas necessidades específicas na saúde, na educação ou na segurança social. Segundo dados do Plano Nacional de Acção para a Inclusão, a incidência da pobreza monetária revelava que as crianças e os idosos são os dois grupos mais vulneráveis a situações de pobreza, sendo que 23% e 29%, respectivamente, se encontravam nesta situação em 2004. Segundo a mesma fonte, cerca de 21% da população portuguesa vivia, em 2004, abaixo do limiar da pobreza. Em 2005, no nosso país, os 20% da população com rendimentos mais elevados receberam oito vezes mais rendimentos que os 20% da população com rendimentos mais baixos. Se analisarmos os últimos 10 anos, Portugal é o país onde a desigualdade mais cresceu, sendo precisamente em 2005, já com o actual Governo, que o fosso mais se alargou. Estes indicadores evidenciam o agravamento das injustiças e das desigualdades sociais e comprovam a ineficácia das promessas de igualdade de oportunidade para todos. As desigualdades e a pobreza são o resultado de políticas concretas acentadas numa injusta distribuição da riqueza, no alastramento da precaridade laboral, na restrição de direitos sociais duramente conquistados, na desvalorização de salários e pensões e na tendencial privatização das funções sociais do Estado na Segurança Social, na Saúde e no Ensino. Em nosso entender, são estas as principais causas da ausência de promoção da igualdade de direitos e oportunidade para todos os que estão bem patentes nas baixas taxas de cobertura da rede pública do pré-escolar, no crescimento das taxas de abandono e insucesso escolar, na existência de um milhão de utentes sem médico de família, na persistente discriminação salarial das mulheres trabalhadoras em sectores da economia fortemente femininizados, no isolamento e solidão dos mais idosos, com baixas pensões e insuficientes respostas sociais às suas necessidades, na exploração desenfreada de mão de obra imigrante, na persistente marginalização das minorias étnicas. É para este conjunto de défices sociais que a política do Governo não tem, em nosso entender, respostas capazes, assistindo-se a uma crescente desresponsabilização do Estado nas medidas de combate a estes flagelos sociais. As



medidas do Governo são contraditórias com o objectivo anunciado de promover uma sociedade mais coesa.

Vejamos apenas o exemplo das pensões mínimas do regime contributivo, que vão de um mínimo de 23 cêntimos até ao máximo de 60 cêntimos por dia, ou seja, para quase meio milhão de pensionistas o aumento não chega a corresponder a um café de dois em dois dias.

Quanto ao regime não contributivo, como a pensão social, o aumento foi inferior, cifrando-se em 18 cêntimos por dia.

O Governo afirma que a desigualdade é transversal às questões de género e assume problemas específicos nalguns grupos sociais, mas vulneráveis a processos de exclusão. Que sociedade pretendemos sensibilizar? Os 70% dos cidadãos que têm como única fonte de rendimento o seu salário ou pensão? Os dois milhões de portugueses que se encontram a viver no limiar da pobreza? Só podem mesmo ser estes, porque os que se apropriam indevidamente da riqueza produzida, os que vivem do trabalho alheio e da especulação financeira já demonstraram, repetidas vezes, que o seu interesse por estas questões não pode, em circunstância alguma, beliscar os lucros que têm embolsado.

No âmbito deste Ano Europeu, o Governo quer convencer-nos que o seu papel é apenas o de sensibilizador da sociedade, focando as questões das desigualdades e discriminações em razão do género, da deficiência, da raça ou orientação sexual, cuja eliminação passa, essencialmente pela alteração de mentalidades, deixando de fora a mais importante de todas as discriminações: a do acesso ao direito a uma vida com um mínimo de dignidade, consagrado na Constituição da República Portuguesa. O nosso entendimento é que compete ao Governo enfrentar as dificuldades sociais e tomar as medidas necessárias à promoção duma efectiva igualdade. São precisas iniciativas que alarguem a consciência social e política, por forma a garantir um combate eficaz às causas que, verdadeiramente, estão na origem das injustiças e das desigualdades sociais, sendo, naturalmente, de louvar as iniciativas do município que, no âmbito restrito da sua competência, tem levado a cabo nesta área, como a implementação do Serviço de Informação e Mediação para Pessoas Deficientes, ou a criação do Grupo interdisciplinar para a Cidade Adaptada. Reiteramos o nosso entendimento de que é ao nível do Poder Central e das opções políticas de fundo que estas questões terão que encontrar as respostas adequadas. Como muito bem sabem todas as Instituições convidadas, que no terreno de empenham diariamente para minorar os efeitos destas verdadeiras chagas sociais, quando “terminar a festa e se apanharem as canas” as dificuldades, muitas vezes inultrapassáveis e o sentimento calado de impotência perante tudo o que há por fazer, estarão à vossa espera, porque não é a repetição generosa da palavra “açúcar” que nos adoça a boca».

Por último, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao representante do PS, Sr. **Silvino Costa**, que expressou que a reflexão que trazia era a de alguém que no dia-a-dia trabalhava com pessoas que, de alguma forma, eram confrontadas frequentemente com situações em que a igualdade de oportunidades era, muitas vezes, utópica, tendo depois lido o seguinte documento: «Numa sociedade em pleno processo de globalização, no Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos relembramos o quanto é importante estar-se atento e informado relativamente às regras de funcionamento do mundo, quer ao nível do que se passa ao nosso lado, e que nos toca mais profundamente, quer ao nível do território nacional, sem perder de vista o espaço europeu em que nos movemos. Falar de igualdade de oportunidades é sempre um apelo à reflexão, porque a sociedade justa por que lutamos é, melhor ou pior, um modelo irreal. Porém, neste espaço em que é possível reflectir sobre as motivações que desencadearam esta atribuição europeia para o presente ano de 2007, impõe-se-nos um esforço para perceber o que deve mudar, a começar pelos agentes



decisores e a acabar em cada um de nós, cidadãos com poder e obrigações de intervenção, cidadãos anónimos que, individualmente, se empenhem e envolvam nos seus comportamentos e atitudes. Falar de igualdade de oportunidades é o mesmo que dizer que a discriminação é ainda, e cada vez mais, um flagelo das sociedades modernas e temos que abordar questões ligadas à inserção de novos grupos étnicos, à discriminação relativa ao sexo e à orientação sexual, à idade, à religião e à deficiência. Sensibilizar as pessoas para os direitos é um dever e informar sobre os acessos a que podem recorrer para resolver os seus problemas é crucial, já que, apesar de tudo, muito se tem feito pela redução das desigualdades, um grande número de medidas vão sendo implementadas e, por vezes, a um ritmo que não é acompanhado pela adequada informação, sendo corrente a opinião de que os governantes nada fazem. Urge, pois, fomentar essa reflexão sobre o estado das coisas, contribuir em cada sector para a disseminação da informação, do que já é uma conquista pela igualdade de oportunidades, reassumindo os direitos de cada um e reclamando, em cada situação, pela implementação adequada do que já é lei. No caso da deficiência, muitos obstáculos foram já ultrapassados, ao nível da dignificação e do despertar de consciências para o reconhecimento dos direitos humanos deste grupo ainda desfavorecido em tantas situações concretas e básicas do dia-a-dia. Mas o trabalho de mobilização da opinião pública e das instâncias de poder, por parte das instituições e respectivas federações, para a amplitude e imperatividade da resolução dos problemas das pessoas com deficiência, é um dado permanente e inacabado, por haver muito ainda a fazer para que efectivamente se cumpra a igualdade de direitos. Estar informado e envolvido nesta luta é um dever de todos nós, cidadãos eleitores e eleitos, cabendo a cada um o papel de participante activo e empenhado, pois este é o tempo em que devemos exigir, como para nós mesmos, uma vida livre, com o direito a tratamento igual, na riqueza da diversidade que nos caracteriza e da qual se pode e deve tirar o maior partido. Aproveitar o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos e o protagonismo que estes problemas assumem, é algo como ter na mão a oportunidade de mexer no que ainda nos choca e sob qualquer forma apontar o dedo reivindicador, dar voz ao nosso apelo nos mais diversos aspectos em que identificarmos lacunas, fazendo valer o nosso direito à liberdade de expressão e prestando o mais valioso contributo na mudança, para uma sociedade efectivamente mais justa e em constante evolução».

Findo o ciclo de depoimentos, o Sr. **Presidente** opinou que todos saíam mais ricos e responsabilizados com a realização desta sessão, achando que todos os contributos foram importantes.

Relativamente às críticas que foram produzidas, transmitiu que as aceitava, lamentando que a população e as instituições não tenham aderido em massa, não deixando de informar que foram inventariadas 63 organizações no concelho afectas à matéria em causa, tendo todas elas sido convidadas a participarem.

No que toca ao acesso à sala e à possibilidade de ter havido linguagem gestual, participou que a Mesa também aceitava tais reparos, lastimando, todavia, que não tivesse sido feita qualquer sugestão nesse sentido, antes da efectuação desta reunião.

Como ninguém da assistência desejou intervir, o Sr. **Presidente** encerrou a sessão pelas doze horas e quarenta e oito minutos, da qual e para constar se lavrou esta acta, que os membros da Mesa subscrevem e assinam.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1º Secretário – Duarte Guerreiro

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

(Acta aprovada, na sessão de 29/09/2007, por maioria, com 18 votos a favor e 11 abstenções)